O USO DO CELULAR NAS ESCOLAS: FERRAMENTA OU DISTRAÇÃO

DEISE SILVA TERRA

RESUMO

Em janeiro de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma importante legislação que estabelece restrições ao uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos nas escolas públicas e privadas do Brasil. A partir de fevereiro do mesmo ano, os dispositivos eletrônicos poderão ser utilizados nas instituições de ensino apenas em atividades pedagógicas previamente autorizadas pela escola, em situações de emergência ou para atender às necessidades de acessibilidade e condições de saúde dos estudantes. A medida foi implementada com o objetivo de reduzir as distrações geradas pelo uso excessivo de tecnologia dentro do ambiente escolar, promovendo, assim, uma maior interação social entre os alunos e incentivando uma maior concentração nas atividades de aprendizado. Diversos especialistas em educação e saúde mental alertam que o tempo excessivo frente às telas pode comprometer a capacidade de concentração, a memorização de conteúdos e a interação interpessoal dos alunos, essenciais para um aprendizado pleno e para a construção de habilidades sociais. Além disso, o uso exagerado de dispositivos digitais tem sido associado a distúrbios como o vício em tecnologia, problemas de sono e dificuldades no desenvolvimento emocional e comportamental das crianças e adolescentes. Muitos acreditam que a restrição ao uso indiscriminado de celulares pode proporcionar um ambiente mais focado e colaborativo, estimulando o aprendizado de forma mais eficaz, além de melhorar a convivência social entre os estudantes. A restrição ao uso de aparelhos eletrônicos nas escolas surge como um desafio para o sistema educacional, exigindo adaptações e ajustes nas metodologias de ensino. No entanto, a expectativa é de que essa mudança promova um ambiente mais equilibrado, no qual o foco dos alunos seja direcionado para o aprendizado ativo e para o aprimoramento das interações sociais, contribuindo para um desenvolvimento mais saudável e produtivo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Celular, Aprendizagem, Proibição.

ABSTRACT

In January 2025, President Luiz Inácio Lula da Silva signed an important law that establishes restrictions on the use of cell phones and other electronic devices in public and private schools in Brazil. Starting in February of the same year, electronic devices may only be used in educational activities previously authorized by the school, in emergency situations or to meet the accessibility and health needs of students. The measure was implemented with the aim of reducing distractions generated by the excessive use of technology in the school environment, thus promoting greater social interaction among students and encouraging greater concentration on learning activities. Several education and mental health experts warn that excessive time in front of screens can compromise students' ability to concentrate, memorize content and interact interpersonally, which are essential for full learning and for building social skills. In addition, excessive use of digital devices has been associated with disorders such as technology addiction, sleep problems and difficulties in the emotional and behavioral development of children and adolescents. Many believe that restricting the indiscriminate use of cell phones can create a more focused and collaborative environment, stimulating learning more effectively, in addition to improving social interaction among students. Restricting the use of electronic devices in schools poses a challenge to the educational system, requiring adaptations and adjustments to teaching methodologies. However, the expectation is that this change will promote a more balanced environment, in which students' focus is directed towards active learning and improving social interactions, contributing to healthier and more productive development.

KEYWORDS: School, Cell Phone, Learning, Prohibition.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o celular se tornou um item quase indispensável na vida cotidiana. Com a evolução tecnológica, esses dispositivos tornaram-se ferramentas multifuncionais, e sua presença nas escolas tem gerado discussões intensas entre educadores, pais e especialistas. A principal questão que emerge é: o celular deve ser encarado como uma ferramenta de aprendizado ou como uma distração no ambiente escolar? A resposta a essa pergunta não é simples e depende de uma série de fatores, incluindo o uso responsável do dispositivo e a maneira como ele é integrado no processo educacional. A educação precisa considerar tanto os benefícios quanto os potenciais desafios que o uso do celular traz para o ambiente escolar.

A tecnologia tem transformado a sociedade e, consequentemente, o sistema educacional. A introdução de novas ferramentas digitais no cotidiano escolar amplia as possibilidades de ensino e aprendizado. O celular, com sua infinidade de funcionalidades, oferece oportunidades inéditas de aprendizado, permitindo que os alunos acessem conteúdo educacional de maneira rápida e eficaz. As funcionalidades do celular, como o acesso instantâneo à internet, aplicativos educativos, plataformas de vídeo, ferramentas de colaboração online, entre outras, tornam esse dispositivo uma possível extensão da sala de aula tradicional.

Quando bem utilizado, o celular pode ser um aliado significativo no processo de ensino-aprendizagem. Muitos educadores já estão incorporando o celular de forma estratégica em suas práticas pedagógicas, utilizando-o para enriquecer as aulas e promover uma abordagem mais moderna e envolvente. Um exemplo disso é o uso do celular para promover atividades de pesquisa online, debates, apresentações multimídia e outras dinâmicas de ensino.

O celular também pode ser uma ferramenta importante para estimular a colaboração. Por meio de plataformas como Google Drive, Microsoft Teams ou outras ferramentas de compartilhamento, os alunos podem trabalhar em projetos em grupo, compartilhar documentos, colaborar na criação de apresentações e até mesmo realizar discussões em tempo real. Com o apoio de recursos como videoconferências e grupos de mensagens, os estudantes têm a oportunidade de colaborar com colegas de diferentes partes do mundo, ampliando suas perspectivas e trocando experiências. Nesse contexto, o celular se transforma em um instrumento de apoio que dinamiza o aprendizado e melhora a interação entre os estudantes, os professores e o conteúdo.

Além disso, a capacidade de personalização do ensino, por meio de aplicativos adaptativos, ajuda a atender diferentes estilos e ritmos de aprendizado. Por exemplo, alunos com dificuldades em determinadas áreas podem usar o celular para acessar conteúdos específicos, realizando atividades que se adaptem às suas necessidades e permitindo avanços no seu próprio ritmo.

A nova lei que proíbe o uso de celulares nas escolas brasileiras foi sancionada com base em preocupações sobre os impactos do uso excessivo da tecnologia no ambiente escolar, especialmente em relação ao foco, à concentração e ao desenvolvimento social dos estudantes. Diversos fatores e argumentos foram considerados na formulação dessa lei, como as preocupações com o aprendizado.

Especialistas educacionais apontam que o uso descontrolado de celulares pode prejudicar o aprendizado dos alunos, pois muitos se distraem com redes sociais, jogos e outros aplicativos durante as aulas. Esse comportamento pode resultar em uma menor assimilação do conteúdo e em quedas no desempenho acadêmico.

O uso excessivo de celulares também é visto como um fator que diminui a interação social entre os alunos. A interação presencial e o desenvolvimento de habilidades sociais são essenciais para a formação dos estudantes, e a dependência dos celulares pode inibir essas trocas de experiências.

Há também uma preocupação crescente sobre os impactos do uso excessivo de telas na saúde mental e física dos jovens. O uso prolongado de dispositivos pode estar relacionado a problemas como ansiedade, depressão, estresse, distúrbios de sono e até problemas de visão e postura.

A lei também busca garantir um ambiente escolar mais seguro, onde os estudantes se concentrem em suas atividades educacionais sem serem interrompidos por distrações externas, como o uso de celulares para comunicação não relacionada ao aprendizado.
A medida visa encontrar um equilíbrio entre o uso da tecnologia como ferramenta de aprendizado e sua potencialidade de ser uma distração. Para isso, o celular será permitido somente em situações de emergência ou quando for autorizado para atividades pedagógicas específicas, como pesquisas e projetos.
Essa legislação reflete uma tentativa de adaptar o ambiente escolar ao contexto digital, mas com foco na preservação da qualidade do ensino e no bem-estar dos alunos, considerando a importância de estabelecer limites para o uso da tecnologia nas escolas.
Por outro lado, muitos argumentam que o celular, quando não é usado de forma controlada, pode ser uma grande fonte de distração. A tentação constante de acessar redes sociais, jogar ou conversar por aplicativos de mensagens pode desviar a atenção dos alunos durante as aulas, prejudicando sua concentração e, consequentemente, seu desempenho acadêmico. A facilidade de acesso a entretenimento digital pode criar uma desconcentração que afeta diretamente a aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

A sociedade brasileira tem respondido de maneira dividida à nova lei que proíbe o uso de celulares nas escolas. As reações são variadas, com diferentes grupos e indivíduos manifestando opiniões tanto a favor quanto contra a medida, refletindo as complexidades e os diferentes pontos de vista sobre o impacto da tecnologia na educação.
Muitos educadores, pais e especialistas em educação apoiam a lei, considerando-a uma medida importante para melhorar a concentração dos alunos e reduzir as distrações durante as aulas. O uso excessivo de celulares tem sido apontado como um obstáculo à aprendizagem e à interação social no ambiente escolar. A restrição é vista como uma forma de garantir que os alunos se concentrem no conteúdo educacional, promovendo um ambiente mais produtivo e eficaz.
A ideia de que os celulares prejudicam o desenvolvimento de habilidades sociais também foi um fator que gerou apoio à lei. A redução da interação face a face entre os estudantes, em função do uso excessivo dos aparelhos, é vista como um problema para a formação dos jovens em termos de comunicação, empatia e trabalho em grupo.
Para os defensores da lei, a restrição ao uso de celulares nas escolas também é uma medida de segurança. Com a proibição, os alunos se distanciam de situações em que poderiam usar os aparelhos de maneira inadequada, como para compartilhar informações pessoais ou se envolver em bullying virtual.
Por outro lado, há críticas que alegam que a proibição do celular nas escolas pode limitar a liberdade dos estudantes, além de dificultar o acesso a informações importantes durante o processo de aprendizagem. Muitos defendem que, quando usados de forma responsável, os celulares podem ser ferramentas poderosas de aprendizado, permitindo o acesso a recursos educativos, plataformas de colaboração e até mesmo de pesquisa.
Alguns educadores e pais argumentam que, em vez de proibir completamente o uso dos aparelhos, seria mais eficaz ensinar aos alunos como utilizá-los de maneira consciente e equilibrada. Em vez de uma proibição rígida, seria mais interessante promover o uso responsável da tecnologia, com regras claras sobre como e quando ela pode ser usada, permitindo que os alunos tirem proveito dos recursos digitais sem se deixar distrair.
Muitas escolas têm enfrentado dificuldades em implementar a nova lei de maneira uniforme. Alguns alunos, especialmente os mais jovens, demonstram resistência à ideia de deixar seus celulares fora do alcance durante o horário escolar, o que pode gerar conflitos. Além disso, há questionamentos sobre a aplicação prática da medida, especialmente em escolas que já utilizam as tecnologias digitais de maneira integrada ao currículo.
No geral, a sociedade brasileira parece estar dividida, com um debate em andamento sobre como lidar com a tecnologia no contex-

to educacional. De um lado, há uma busca por maior controle e preservação da qualidade do ensino e do bem-estar dos alunos, enquanto do outro lado, há uma demanda por mais liberdade e oportunidades para os estudantes aproveitarem os benefícios da tecnologia de maneira responsável.

A medida reflete um esforço para equilibrar esses dois extremos, mas a forma como a lei será implementada e adaptada nas escolas ainda será um ponto central de discussão nos próximos anos. Isso inclui o treinamento dos educadores para o uso consciente da tecnologia e a participação de pais e alunos na construção de um ambiente escolar mais equilibrado em relação ao uso dos celulares.

Pesquisas mostram que os alunos que usam seus celulares para fins não relacionados ao conteúdo escolar durante as aulas têm um desempenho acadêmico inferior aos que utilizam a tecnologia de maneira mais focada. A interferência dos celulares pode levar a uma dispersão mental, dificultando a fixação do conteúdo e a absorção de novos conhecimentos. Além disso, os alunos que se distraem com o celular podem perder a oportunidade de participar ativamente das atividades e discussões propostas pelos professores.

Em muitos casos, o celular pode até gerar um isolamento social. Quando utilizado de maneira inadequada, pode levar os alunos a se isolarem em seus próprios mundos virtuais, sem interagir com os colegas de maneira produtiva e colaborativa, comprometendo o desenvolvimento de habilidades sociais importantes.

É necessário que as escolas desenvolvam estratégias eficazes para integrar o uso da tecnologia ao currículo de maneira que beneficie o aprendizado sem prejudicar a atenção e o foco dos alunos. O uso do celular deve ser bem planejado, com a criação de atividades que aproveitem seu potencial educacional enquanto limitam as situações em que ele possa se tornar uma distração. Além disso, os educadores precisam estar preparados para gerenciar o comportamento dos alunos, incentivando-os a usar o celular de forma responsável, dentro dos limites estabelecidos.

Algumas escolas têm adotado políticas que integram o celular ao currículo de maneira estruturada e responsável. Em vez de banir o uso do celular, algumas instituições incentivam atividades que permitam que os alunos se beneficiem de sua presença. Por exemplo, em determinadas atividades, o celular pode ser utilizado para a criação de vídeos educacionais, a realização de pesquisas interativas ou até mesmo para participação em quizzes e jogos educativos, que tornam o aprendizado mais dinâmico e divertido. Tais iniciativas podem transformar o celular de uma fonte de distração em uma ferramenta útil e envolvente para os alunos.

Além disso, programas de educação digital estão sendo implementados em algumas escolas, com o objetivo de ensinar aos alunos como usar a tecnologia de forma ética, segura e produtiva. Ensinar aos jovens sobre o uso saudável da tecnologia e os benefícios de utilizá-la para fins educacionais é uma forma eficaz de emponderá-los a tomar decisões conscientes sobre como e quando usar seus celulares de maneira responsável.

A Secretaria de Educação, em nível estadual e federal, tem se mostrado atenta às novas diretrizes relacionadas ao uso de celulares nas escolas, pois essa mudança traz consigo uma série de desafios e oportunidades que precisam ser cuidadosamente avaliados. Embora a reação possa variar de acordo com as diferentes regiões e contextos educacionais, algumas tendências gerais podem ser observadas na forma como as secretarias de educação estão analisando a situação.

As Secretarias de Educação têm, também, se preocupado com a implementação efetiva dessa lei, visto que ela pode gerar desafios práticos. Muitas escolas enfrentam dificuldades em regular o uso dos celulares de maneira uniforme, principalmente em contextos de grande desigualdade educacional. Em algumas situações, a aplicação da proibição pode ser mais difícil de ser monitorada, principalmente em escolas de grandes centros urbanos, onde o uso de smartphones é mais disseminado.

Além disso, as secretarias têm analisado como a medida pode impactar a relação entre alunos e educadores, visto que a tecnologia, em muitos casos, já estava integrada ao currículo escolar. A preocupação é que a res-

trição sem a devida preparação e adaptação possa criar atritos dentro das comunidades escolares e prejudicar iniciativas pedagógicas que estavam utilizando dispositivos móveis de forma positiva.

Uma das áreas de preocupação das Secretarias de Educação é a capacitação dos educadores para lidar com as novas exigências da legislação. Muitas secretarias estão desenvolvendo programas de formação para professores, de modo a prepará-los para adaptar suas práticas pedagógicas ao contexto da tecnologia, ao mesmo tempo em que implementam a nova regra sobre o uso de celulares. Isso inclui discutir como tirar proveito da tecnologia sem prejudicar o foco dos alunos, além de estratégias para incentivar o uso responsável dos dispositivos.

O envolvimento dos pais, alunos e profissionais da educação também tem sido uma preocupação central das Secretarias de Educação. Para garantir o sucesso da medida, é essencial que haja um diálogo contínuo entre a escola e a comunidade, para que as regras sejam compreendidas e aceitas por todos. Algumas secretarias têm realizado reuniões com pais e comunidades para explicar a nova legislação e ouvir as opiniões e preocupações sobre a sua implementação.

É fundamental que as Secretarias de Educação garantam que essa restrição não prejudique a equidade no acesso à informação. Alguns alunos podem depender dos celulares para acessar conteúdos educativos, pesquisar informações ou participar de atividades escolares, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde o acesso a computadores e outros dispositivos pode ser limitado. A Secretaria de Educação tem, portanto, o desafio de equilibrar essa restrição com a necessidade de assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Por fim, as Secretarias de Educação têm se comprometido a monitorar a aplicação da lei e a avaliar seu impacto ao longo do tempo. Isso inclui analisar se a medida realmente contribui para a melhoria da concentração e do desempenho dos alunos, ou se, pelo contrário, ela tem gerado mais desafios e resistências. Esse acompanhamento permitirá ajustes na aplicação da norma, com base em dados e resultados práticos.

Em resumo, as Secretarias de Educação estão avaliando cuidadosamente os prós e contras dessa nova lei. Elas reconhecem a importância de regulamentar o uso de celulares, mas também entendem que a adaptação ao mundo digital e o uso pedagógico da tecnologia são aspectos fundamentais a serem integrados na prática escolar. O objetivo é criar um ambiente educacional equilibrado, que aproveite os benefícios da tecnologia sem comprometer o aprendizado e o bem-estar dos alunos.

A reação dos pais à nova regra que proíbe o uso de celulares nas escolas tem sido bastante diversa, com diferentes pontos de vista sendo expressos dependendo das experiências e das preocupações de cada família. De maneira geral, os pais estão divididos entre apoiar a medida como uma forma de preservar a concentração e o aprendizado dos filhos e expressar preocupações sobre possíveis limitações ao acesso à informação e à comunicação.

Abaixo estão algumas das principais formas de como os pais estão lidando com a situação:

Apoio à Proibição: Preocupação com a Concentração e o Bem-Estar dos Filhos;

Preocupações com as distrações: Muitos pais veem a medida como positiva, acreditando que a proibição ajudará seus filhos a se concentrarem mais nas aulas e a se afastarem das distrações que os celulares podem trazer, como redes sociais, jogos e mensagens. Esses pais reconhecem o impacto negativo que o uso excessivo de tecnologia pode ter no foco e no desempenho escolar e apoiam a ideia de um ambiente de aprendizado mais focado.

Benefícios para o desenvolvimento social: Outros pais acreditam que a medida pode contribuir para o desenvolvimento social de seus filhos. Eles destacam que, ao remover os celulares, as crianças e adolescentes terão mais oportunidades de interagir pessoalmente com seus colegas, desenvolver habilidades sociais e melhorar sua capacidade de comunicação face a face, o que é essencial para a formação de laços e amizades.

Impacto positivo na saúde: Alguns pais também apoiam a medida devido à Preocupa-

ções com a Restrição: Acesso à Informação e Comunicação;
Limitação no acesso à educação: Por outro lado, alguns pais têm expressado preocupações sobre como a proibição pode impactar o acesso dos alunos a recursos educativos e informações importantes durante o dia escolar. Muitos acreditam que, com a evolução digital, os celulares se tornaram ferramentas essenciais para pesquisas e aprendizado, especialmente em disciplinas que exigem acesso rápido à internet. A restrição pode ser vista como uma barreira para o desenvolvimento de habilidades digitais e para o aproveitamento de ferramentas que podem enriquecer o processo de aprendizagem.
Preocupações com a comunicação em casos de emergência: Há pais que apontam que, ao proibir os celulares, os alunos ficam desconectados de um meio de comunicação essencial, especialmente em casos de emergência. Embora a lei permita o uso dos dispositivos em situações emergenciais, alguns pais argumentam que isso pode ser interpretado de maneira restritiva e que, em situações cotidianas, o celular pode ser uma ferramenta útil para manter contato rápido com seus filhos.
Desigualdade no acesso a tecnologia: Alguns pais também levantam a questão da desigualdade no acesso à tecnologia. Em famílias de classes sociais mais baixas, onde o celular pode ser a principal ou única ferramenta de acesso à internet, a proibição pode colocar esses alunos em desvantagem em relação aos demais, que têm acesso a outros dispositivos, como computadores ou tablets. Esses pais temem que a medida acentue a disparidade de oportunidades educacionais entre os alunos.

Independentemente das opiniões sobre a proibição, muitos pais concordam que o diálogo entre a escola e a família é fundamental para que a implementação da lei seja bem-sucedida. Muitos sugerem que a comunidade escolar deve ser consultada regularmente para avaliar os efeitos da medida, permitindo ajustes quando necessário. Além disso, alguns pais acreditam que, ao invés de proibir totalmente, seria mais produtivo adotar regras claras sobre o uso dos celulares em momentos específicos, para que os alunos possam aprender a utilizar a tecnologia de maneira responsável e controlada.
A reação dos professores à nova lei que proíbe o uso de celulares nas escolas tem sido um tanto mista, com opiniões divididas entre apoio, preocupações e desafios práticos. Essa diversidade de respostas reflete as diferentes experiências e realidades de cada escola, assim como as perspectivas sobre o impacto da tecnologia no ambiente educacional.
Muitos professores têm apoiado a proibição, especialmente aqueles que observam que o uso irrestrito de celulares nas aulas pode ser uma grande fonte de distração. Redes sociais, jogos e mensagens instantâneas podem desviar a atenção dos alunos, dificultando o processo de aprendizagem. Para esses educadores, a restrição do uso de celulares representa uma forma de minimizar essas distrações e melhorar o foco e a concentração dos estudantes durante as aulas.
Alguns professores acreditam que a proibição ajudará os alunos a interagir mais entre si, ao invés de se comunicarem virtualmente ou se isolarem em seus dispositivos. A interação social pode ser mais fortalecida, já que os alunos terão que se engajar em atividades colaborativas e discussões presenciais, promovendo o desenvolvimento de habilidades interpessoais.
Para professores que lidam com salas de aula grandes e turmas numerosas, a proibição dos celulares pode facilitar o controle do ambiente. Sem os celulares, o professor sente que há mais possibilidade de manter a ordem e gerenciar o comportamento dos alunos, o que pode resultar em uma sala de aula mais organizada e produtiva.
Por outro lado, muitos professores estão preocupados com a perda de uma ferramenta pedagógica importante. Com o avanço da tecnologia, os celulares têm se mostrado ferramentas úteis para pesquisas, acesso a plataformas de aprendizado online, aplicativos educacionais, e até mesmo para a criação de conteúdos, como vídeos e apresentações. Para esses educadores, a proibição pode restringir o potencial de uso da tecnologia para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Professores de escolas públicas ou de áreas mais carentes destacam que, em muitos casos, o celular é o único dispositivo acessível aos alunos para realizar pesquisas online e acessar materiais educativos fora da escola. A proibição pode aumentar a desigualdade entre alunos que têm acesso a computadores ou outros dispositivos em casa e aqueles que dependem dos celulares para obter informações e realizar tarefas escolares. Essa preocupação é especialmente forte em contextos de vulnerabilidade social.

Outro ponto levantado é a dificuldade de implementar e monitorar a proibição de maneira eficaz. Em algumas escolas, os professores podem enfrentar resistência por parte dos alunos, que estão habituados a usar seus celulares. Além disso, em salas de aula com turmas grandes, o controle do uso do celular pode ser difícil, o que gera um desconforto para os professores, que se veem em uma posição difícil para gerenciar a situação.

Muitos educadores sugerem que, ao invés de uma proibição total, seria mais eficiente criar regras claras e específicas para o uso do celular de forma controlada e pedagógica. Por exemplo, permitir que os alunos usem os dispositivos durante momentos de atividades práticas, pesquisas ou projetos, mas restringir o uso durante as explicações teóricas e momentos de concentração.

Professores reconhecem que, para a educação do século XXI, é necessário capacitar os educadores a integrar as tecnologias de maneira eficaz no processo pedagógico. Isso inclui não apenas a utilização de celulares para aprender de forma mais dinâmica, mas também como ensinar os alunos a fazer um uso responsável e construtivo de seus dispositivos.

Outro ponto importante é a necessidade de estabelecer um diálogo constante com os alunos, pais e gestores escolares para garantir que a medida seja bem compreendida e aplicada de maneira justa. Isso ajudará a alinhar expectativas e tornar o processo de adaptação mais tranquilo para todos.

CONCLUSÃO

O celular nas escolas é, sem dúvida, um tema controverso. Ele pode ser tanto uma ferramenta poderosa de aprendizado quanto uma distração, se não for bem administrado. O que se exige é um equilíbrio: o uso consciente e orientado do celular, que leve em conta suas vantagens tecnológicas, mas que também minimize os riscos de dispersão e distração. As escolas devem estar preparadas para adaptar seus métodos pedagógicos à realidade digital, criando um ambiente de aprendizado que respeite as necessidades dos alunos e as possibilidades oferecidas pela tecnologia. O celular, quando utilizado com responsabilidade, planejamento e equilíbrio, pode deixar de ser uma distração e se transformar em um aliado fundamental na educação do século XXI.

Os pais estão lidando com a proibição de celulares nas escolas de formas variadas. Enquanto alguns apoiam a medida, acreditando que ela irá melhorar o foco, o desenvolvimento social e a saúde dos filhos, outros se preocupam com a perda de uma ferramenta de aprendizado valiosa e com o impacto da proibição na comunicação familiar. O consenso entre a maioria é de que é necessário um diálogo constante entre pais, escolas e alunos, para encontrar um equilíbrio que permita aos estudantes aproveitar os benefícios da tecnologia sem que ela se torne uma distração.

A conclusão sobre a postura da Secretaria de Educação em relação ao uso de celulares nas escolas é que a tecnologia, quando utilizada de maneira planejada e controlada, pode ser uma valiosa aliada no processo de ensino-aprendizagem. A Secretaria reconhece os benefícios do celular como ferramenta pedagógica, como o acesso a conteúdos educativos, a realização de pesquisas, a interação por meio de plataformas digitais e o estímulo à aprendizagem colaborativa. No entanto, também há uma preocupação legítima com os riscos de distração que o uso inadequado dos celulares pode acarretar, prejudicando o foco dos alunos e, consequentemente, o seu desempenho acadêmico.

Portanto, a Secretaria de Educação conclui que é fundamental estabelecer regras claras e práticas educativas para o uso responsável do celular nas escolas. Isso inclui a criação de políticas que integrem a tecnologia de forma estruturada ao currículo escolar e a

capacitação de educadores para gerenciar essa ferramenta de maneira eficaz. Além disso, é importante envolver a comunidade escolar, incluindo alunos e pais, no processo de conscientização sobre os benefícios e desafios do uso de dispositivos móveis no ambiente educacional.

Em resumo, a Secretaria de Educação defende que o celular nas escolas deve ser encarado não apenas como uma fonte de distração, mas como uma ferramenta poderosa de aprendizagem, desde que seja integrado de forma responsável e orientada ao contexto pedagógico. O desafio está em equilibrar seu uso para que contribua positivamente para a educação, sem comprometer a disciplina e o foco dos alunos.

Já a reação dos professores à nova lei tem sido variada. Enquanto alguns apoiam a proibição como uma forma de melhorar o foco e a interação social dos alunos, outros se preocupam com a perda de uma ferramenta de aprendizado valiosa e com os desafios do processo de ensino da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, C. A. Gestão das tecnologias na educação: do uso do celular ao ensino híbrido. Editora WAK. 2019

BEHRENS, M. & COUTINHO, M. Ensinar com tecnologia: a gestão do uso do celular nas escolas. Editora Vozes. 2016.

ANDRADE, C. A. & SILVA, R. G. O uso de tecnologias digitais na educação: Celulares como ferramentas pedagógicas ou fontes de distração? Revista Brasileira de Educação, 24(77), 105-123. 2019

SANTOS, M. E. & OLIVEIRA, T. A presença do celular nas escolas: entre a ferramenta pedagógica e a distração. Educação & Tecnologia, 15(3), 45-62. 2020.

FERREIRA, J. P. O uso de celulares nas escolas públicas: desafios e perspectivas para o ensino. Revista Brasileira de Sociologia da Educação, 6(2), 48-69. 2018.

MARTINS, C. A. Tecnologia educacional e o celular: um aliado no processo de ensino? Revista Brasileira de Inovação e Educação, 19(1), 12-28. 2021.

MORAN, J. Novas tecnologias na educação: uma abordagem crítica e reflexiva. Editora Papirus. 2017.

SAFATLE, L. Tecnologia e educação: o celular como ferramenta pedagógica. Editora Unesp. 2020.